

UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

por Walter F. Piazza

A FILOSOFIA

Para o estabelecimento de uma política de preservação documental há a necessidade de um processo educativo, que, evidentemente, pode ser moroso e executado a longo prazo.

É um processo democrático que deve partir da base populacional para as mais altas esferas administrativas, quando, então, se produzirão normas jurídicas.

É, pois, preciso uma ação de profundidade! É necessária uma ação educativa, de grande amplitude, abarcando todos os níveis populacionais, desde a criança, na sua primeira idade, até os mais idosos e, principalmente, o despertar de responsabilidade às autoridades.

É preciso que se faça a professora incentivar o aluno a conhecer os arquivos, os museus e as bibliotecas da sua comunidade, valorizando o trabalho daqueles que executam tarefas em tais instituições e que conheça, também, a História da sua comunidade, para bem compreendê-la, amá-la e lutar mais tarde, conscientemente, pelo seu desenvolvimento social, econômico e político.

É preciso que se persiga, insistentemente, em toda e qualquer oportunidade, aqueles que têm, por vocação, amor às coisas da sua comunidade, para que as defendam, esclarecendo-os quanto aos meios a usar, na consecução do desiderato, para que realizem um trabalho de conscientização abrangente, tornando participativa, consciente ou inconscientemente, a comunidade escolar municipal.

É preciso que se alcance, nos níveis municipais, o reconhecimento de todas as autoridades quanto ao valor dos documentos sob sua guarda para que sejam preservados e postos ao cuidado de pessoas capazes, conscientemente preparadas para tão importante tarefa, e, assim, sejam organizados os arquivos locais.

É preciso que todos os cidadãos sejam, insistentemente, alertados para a tarefa de cada um e de todos, de defesa do patrimônio cultural - local, municipal, regional e nacional-, formando uma sólida e inquebrantável corrente, defendendo, com todas as forças e utilizando todos os instrumentos disponíveis à concretização de tal desiderato!

Com vistas a estes princípios a Administração Estadual, dentro de sua filosofia de ação, cumprindo o proposto no Programa de Governo "Rumo à nova sociedade catarinense", procurando defender a "memória" do Estado, editou o Decreto nº 1.444, de 23 de março de 1988, dispondo sobre a política estadual de arquivos públicos e privados.

Decorrente dessa medida outras foram tomadas, visando difundir os princípios básicos, ali contidos.

A AÇÃO ADMINISTRATIVA

SUB-SISTEMA ESTADUAL DE ARQUIVOS

O Decreto nº 1.444, de 23 de março de 1988, é a peça fundamental, em torno da qual tem girado a ação da Coordenadoria, com vários desdobramentos.

Num primeiro momento difundiu-se o texto legal em todos os quadrantes do Estado e no País.

Dentro do Estado disseminou-se o seu conteúdo aos organismos e instituições possuidores de arquivos, quer públicos, quer particulares.

Numa segunda etapa, para consolidar o seu conhecimento nos vários níveis da Administração Pública Estadual realizou-se cinco Cursos de Técnicas de Arquivos Correntes que atingiram 43 órgãos da Administração Direta e Indireta, com 189 participantes, ocasião em que foram ministrados conhecimentos teóricos-práticos, tendo cada curso quarenta horas de duração, durante os quais foi discutido, com os participantes, o conteúdo do Decreto nº 1.444.

Paralelamente, dando prosseguimento às ações relativas à implantação de uma política de organização de arquivos efetuou-se o diagnóstico dos arquivos setoriais, que, neste momento, se completa, para poder-se definir uma "tabela de temporalidade" para os órgãos da Administração Estadual.

Numa fase posterior, procurando dar melhor homogeneidade ao nosso trabalho, dentro das responsabilidades da Coordenadoria com relação ao Sub-Sistema Estadual de Arquivos, organizou-se o III Encontro de Arquivos Catarinenses e I Painel de Arquivos Sul-Brasileiros, ocasião em que se ampliou a discussão daquele decreto.

Os resultados do Encontro em tela foram consubstanciados em um volume de "Anais", contendo 125 páginas, numa edição de 1.000 exemplares, o que foi possível com o auxílio para editoração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq-, onde está contida a nossa exposição e o debate, ali havidos, sobre o Sub-Sistema.

Ainda dentro da filosofia emanada do Decreto nº 1.444, tem-se dado atenção à problemática de organização de arquivos em todo o território catarinense.

Dentro deste espírito atuou-se junto à Prefeitura Municipal de Joinville, que resultou na edição do Decreto nº 5.944, de 14 de novembro de 1988, quando aquela Edilidade declarou de interesse público documentos históricos relacionados com as atividades da Colônia "Dona Francisca" e, do mesmo modo, deu-se assistência à Prefeitura Municipal de Itaipópolis para a elaboração da Lei nº 016/89, de 28 de fevereiro de 1989, criando o Arquivo Público e Histórico daquele município.

Tem-se, mais recentemente, dado atenção às Prefeituras de Tubarão, Laguna e Campos Novos, que estudam a criação de seus arquivos municipais.

ACÇÃO JUNTO À COMUNIDADE

A fim de melhor conscientizar a comunidade sobre o papel da Coordenadoria, e, notadamente, do Arquivo Público, têm sido desenvolvidas várias ações.

Uma primeira forma foi a realização de exposições mensais a propósito de temas da História de Santa Catarina ou focalizando personalidades de destaque no nosso contexto social, econômico ou político.

Mas, tal procedimento não resultava em fato de repercussão.

Passou-se, em seguida, ao estudo de novas medidas tendentes a melhor aproximar a coletividade.

Assim foi, em colaboração com a Secretaria Especial de Comunicação Social do Governo do Estado, elaborado um "folder" para distribuição, não só aos visitantes do Arquivo Público, mas, principalmente, para aquelas entidades que poderiam melhor aproveitar aquele repositório de dados sobre a nos sa História.

Para os usuários do Arquivo Público foram melhoradas as condições de investigação.

Adequou-se a sala de pesquisa.

Deu-se um novo tratamento ao acervo, quanto à sua localização. Ampliou-se o número de estantes deslizantes, com substancial aumento da capacidade de armazenamento, e providenciou-se a substituição de estantes de madeira, infectadas por papirófagos, por estantes de aço.

Foi adquirida, por adjudicação, uma leitora de microfílm de 35 mm., marca 3M, para facilitar o trabalho dos pesquisadores.

O conhecimento do Arquivo pela comunidade escolar da Grande Florianópolis foi outra preocupação da Coordenadoria.

Elaborou-se, então, o Projeto "Arquivo Público: procure a sua história, visite-o!", que implantado em março de 1988, envolvendo as escolas públicas e particulares, constante de visitas dos alunos das 4^{as} às 8^{as} séries do 1^o Grau, ocasião em que recebem explicações do quadro técnico do Arquivo sobre o acervo, o modo de funcionamento, a orientação dada aos pesquisadores, havendo, no final de cada oportunidade, um atendimento aos alunos - visitantes quanto às dúvidas que tive rem.

O atendimento à comunidade científica se faz através da pesquisa nos acervos do Arquivo, que, em 1988, atingiu a cifra de 1.219 pesquisadores e no primeiro trimestre de 1989 foi da ordem de 310.

Um outro setor de atendimento à comunidade se processa quanto às consultas à indexação de legislação e normas legais, que, em 1988, montou a 270 consultas, quer no banco de dados, quer nos volumes de coletâneas de leis e decretos ou, ainda, em "Diários Oficiais". No primeiro trimestre de 1989

já atingiu tal serviço a ordem de 83 consultas.

Ainda, considerando a elaboração de "fichas cata lográficas" para publicações da Administração Estadual, foram efetuadas, em 1988, a partir de julho, 41.

Atendendo à necessidade de reaparelhar e reorganizar os seus arquivos a Junta Comercial do Estado-JUCESC- contatou com a Coordenadoria de Documentação e Publicações e esta através do Arquivo Público estudou uma fórmula de cooperação técnica, em que a Associação dos Amigos do Arquivo Público - AAA/SC - se responsabilizou pela contratação de bolsistas na área de Biblioteconomia para a efetivação dos trabalhos, que terão, aproximadamente, uma duração de nove meses, findos os quais haverá a produção, pelo Setor de Pesquisa Histórica do Arquivo Público de uma "memória" da JUCESC.

MELHORIA DO QUADRO TÉCNICO

Visando o aperfeiçoamento do quadro técnico da Coordenadoria de Documentação e Publicações e, por extensão, do Arquivo Público, foram, através da "Bolsa de Oportunidades em Recursos Humanos", recrutados técnicos em Biblioteconomia de diversos órgãos para suprir a deficiência em pessoal.

Paralelamente, objetivando qualificar esse quadro técnico, foram oferecidas ocasiões para seu aprimoramento, como a participação em "Treinamento em digitação e recuperação de dados", ministrado por Técnico do CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina-, a dez (10) funcionários da Coordenadoria, em "Curso de Editoração", ministrado em convênio entre o Instituto Nacional do Livro e a Fundação Catarinense de Cultura, do qual se aproveitaram três (3) funcionários, e, outros três (3) realizaram, em 1988, o "Curso de Especialização em Organização e Administração de Arquivo", com 410 horas-aula, a nível de pos-graduação, ofertado pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal de Santa Catarina, com bolsas de estudo custeadas pela Secretaria de Estado da Administração.

Entretanto, a fim de bem poder cumprir os seus objetivos, há a necessidade premente de se organizar e se consolidar um quadro técnico, constante de especialistas dos vários setores profissionais que atendam às modernas exigências da arquivística.

RESTAURAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE PAPÉIS

A política de preservação documental tem como ponto alto, de grande importância, as técnicas de restauração e preservação de papéis.

A atual administração, desde seu início, voltou-se para o aprimoramento dessa área da administração arquivística.

O Arquivo Público já possuía um incipiente laboratório de restauro e preservação de papéis, montado com o apoio financeiro da Associação dos Amigos do Arquivo Público.

Assim, em dezembro de 1987, ao organizar-se a

Coordenadoria de Documentação e Publicações, tendo em vista a situação crítica das finanças estaduais, elaborou-se um projeto de organização e desenvolvimento de um Laboratório de Restauro para o Arquivo Público, tendo em vista possuir, face à Lei Estadual nº 6.823, de 3 de junho de 1986, pessoal especializado na área, e considerando, ainda, que era aquele órgão muito solicitado a realizar trabalhos de restauração e preservação para órgãos públicos e instituições culturais.

Apresentou-se, então, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -CNPq- um projeto para a instalação do Laboratório de Restauro e um outro complementar para difusão das noções de preservação documental em cidade-polo do Estado, em número de oito (8).

Depois de analisados tais projetos naquele Conselho resultou num "Protocolo de Intenções", assinado a 24 de junho de 1988, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a interveniência do Conselho e o Governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado da Administração.

Cumpridos os trâmites burocráticos subsequentes foi, a 22 de novembro de 1988, celebrado "Termo Aditivo" ao primeiro termo de ajuste, em razão do "Protocolo de Intenções".

Com os recursos liberados pelo referido Conselho, no valor de NCz\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzados novos) foi possível a aquisição de uma máquina obturadora de papéis, marca ENGELAB.

Ainda, dentro do mesmo espírito preservacionista, com recursos próprios da Administração Estadual, foi adquirida uma máquina de douração, marca NUGUI, para o setor de encadernação daquele Arquivo.

Em razão do referido "Protocolo de Intenções", visando levar à outras regiões do Estado um conhecimento mais amplo das técnicas de restauração e preservação de papéis, foram programados treinamentos em "Noções de preservação e restauração de documentos", a ter lugar nas cidades de Itajaí, Joaçaba, Laguna, Campos Novos, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Florianópolis, com a duração de trinta horas-aula e disseminação de conhecimento teórico-prático.

Tal programação foi iniciada no mês de maio p.p.

Desta forma a Coordenadoria de Documentação e Publicações, dentro de sua filosofia, faz com que se disseminem as noções de preservação e restauração de documentos em todos os recantos do Estado.

MEMÓRIA PÚBLICA DE SANTA CATARINA

Numa perspectiva de análise de outras formas de preservação documental, com vistas à defesa desse patrimônio histórico-cultural fez-se dinamizar o Projeto "Memória pública de Santa Catarina", com a editoração de publicações.

Paralelamente, dando novas características à defesa do patrimônio documental estudou-se quais os enfoques a serem dados.

Num primeiro passo estabeleceu-se uma linha de editoração de publicações sobre a História Política de Santa Catarina.

Neste sentido, com prefácio do Governador Pedro Ivo, foi editado o livro da Prof^a Raquel S. Thiago, "O coronelismo urbano em Joinville, o caso de Abdon Baptista" (Florianópolis, ed. Imprensa Oficial do Estado, 1988. 158p.)

Prepara-se, agora, a editoração do livro da Prof^a Maria Regina Boppré, "Eleições diretas e os primórdios do coronelismo catarinense", bem como tem-se em fase final de datilografia, o trabalho realizado pela Historiografa Valéria Gouvêa Ghanem, "Inventário analítico do Fundo Privado Jorge Lacerda".

Com vistas à análise do processo de estruturação e desenvolvimento da Administração Pública no Estado está em elaboração o estudo da Historiografa Cláudia de Araújo Grillo, "Evolução administrativa de Santa Catarina".

Ainda, dentro de uma política de preservação da "Memória" catarinense a Coordenadoria de Documentação e Publicações tem dado continuidade à editoração da Legislação Estadual, com coletâneas de leis e decretos, devidamente indexados, normatizados e dispostos em banco-de-dados (publicados pela atual Administração os volumes relativos a 1986 e 1987 e em vias de publicação o de 1988).

A GRANDE E IMPRESCINDÍVEL NECESSIDADE

Todo o esforço que se tem feito esbarra numa necessidade imperiosa: a base física do Arquivo Público.

A falta de um prédio próprio, adequado às normas de conservação e preservação de papéis, para bem recolher o inestimável acervo arquivístico, ora contido em arquivos setoriais, bem como possa abrigar todos os serviços que lhe são pertinentes, é a grande e imprescindível necessidade deste setor da Administração Estadual!!

Com todo o aparato técnico e com o pessoal necessário e capacitado, em condições ideais, poderá bem cumprir os seus objetivos de guardião da "memória" catarinense!